



## MULHERES NEGRAS NA GRADUAÇÃO: desafios raciais e de gênero em suas trajetória

Letícia Batista Melo<sup>1</sup>  
Eudes de Almeida Coimbra<sup>2</sup>  
Omnyrá Prazeres Farias<sup>3</sup>  
Alessandra Bianca Nascimento Costa<sup>4</sup>  
Samilly Kiara Nascimento Correa<sup>5</sup>  
Sirlene Mota Pinheiro da Silva<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute sobre as relações de gênero e étnico-raciais no campo educacional, tendo como objeto de estudo a trajetória da mulher preta no processo de formação inicial do ensino superior. Entende-se que a construção de sua carreira acadêmica se torna muito mais árdua devido às situações de sexismo e racismo, a qual estão sujeitas diariamente. Desta forma, no decorrer do estudo, busca-se responder de que maneira as desigualdades de gênero e racial perpassam e interferem no percurso dessas estudantes quando se pensa não só no acesso ao meio universitário, mas principalmente, na permanência. Por perceber a educação ainda como um aparelho reprodutor desses estigmas sociais, revelasse que por meio de uma formação docente voltada a entender a história e reivindicações do movimento feminista negro, assim como, uma prática pedagógica inclusiva (currículo oculto), o sistema educacional passará a funcionar de forma inversa, ou seja, a favor da amenização/erradicação dessas discriminações.

**Palavras-chave:** Relações Étnico-raciais; Relações de gênero; Educação inclusiva; Formação de Professores.

### INTRODUÇÃO

A educação brasileira é apontada, historicamente, por desigualdades que deixaram marcas profundas no sistema educacional da atualidade. Como aponta o Portal Geledés (2014) escolas segregadas por sexo marcaram os primórdios da escolarização no Império; a

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [leticia.bm@discente.ufma.br](mailto:leticia.bm@discente.ufma.br);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [eudes.coimbra@discente.ufma.br](mailto:eudes.coimbra@discente.ufma.br);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [omnyra.pf@discente.ufma.br](mailto:omnyra.pf@discente.ufma.br);

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [alessandra.bianca@discente.ufma.br](mailto:alessandra.bianca@discente.ufma.br);

<sup>5</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [skn.correa@discente.ufma.br](mailto:skn.correa@discente.ufma.br) ;

<sup>6</sup> Professora orientadora: Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, Curso de Pedagogia - UFMA, [sirlene.mota@ufma.br](mailto:sirlene.mota@ufma.br)

escravidão excluiu da esfera educacional a população negra. Fatos estes que acabaram contribuindo para uma educação dual (intelectual para a elite masculina branca; doméstica e mecânica para mulheres, negros e pobres).

Quando pensamos em uma mulher negra, visualizamos uma pessoa que carrega dois fardos discriminatórios: sexismo e racismo. Numa sociedade de estrutura patriarcal e racista, o feminino é castrado de emancipação desde o seu indumentário até suas condições econômicas, políticas e sociais. E essa realidade se intensifica quando se trata de uma negra, sendo ela duplamente discriminada, silenciada e invisibilizada; isso contribui para que essas mulheres tenham a sua humanidade frequentemente negada, como afirma Ribeiro (2018).

É nodal reconhecer as contribuições dessas mulheres e compreender como a sociedade prejudicou, estereotipou e marginalizou essa parte da população através da História. E que apesar da violência de todos os tipos, discriminações e desigualdades essas mulheres não se calaram e jamais deixaram de lutar por sua liberdade.

Segundo Davis (2016) é pouco provável que a população negra estivesse celebrando os princípios abstratos do que é a liberdade ou até mesmo saudar a emancipação; o povo negro, especialmente, as mulheres negras estavam dando evasão a algo além. Povo esse que, sabiam exatamente o que queriam, sempre em busca de almejar terras, votar, mas não somente isso; existiam outras necessidades, uma busca pela educação diante das poucas aberturas sociais.

Sendo assim, a nossa pesquisa busca refletir sobre as desigualdades de gênero e de cor/raça que persistem em diversas esferas da vida social, política e econômica (mercado de trabalho, violência, representação política etc.), com foco na educação, a qual percebemos que continua a ser um instrumento de reprodução dessa ordem sexista e racista. Inclusive, segundo Xavier (2019) esses problemas são ocultados muitas vezes, contribuindo para que políticas sociais e programas de acessibilidade e permanência auxiliem apenas uma parcela reduzida dessas alunas negras nas universidades. Perpetuando, dessa forma, as desigualdades existentes.

Portanto, este projeto de pesquisa torna-se de grande relevância para levantar um debate, que nos permitirá pensar a educação como um ato político e uma poderosa arma contra os problemas sociais e econômicos que dificultam, enfaticamente, a permanência e a emancipação acadêmica de mulheres negras, tidas como nosso sujeito principal de investigação.



Para que consigamos atingi-lo, centralizamos o questionamento: Como as desigualdades de gênero e raça, marcam a trajetória de mulheres negras na graduação?

Para que consigamos alcançar nossas metas, traçaremos uma investigação bibliográfica que tentará responder questões como: O sexismo e o racismo são discutidos nos documentos legais e produções acadêmicas? de que forma? De que maneira a formação de professores contribui para a reprodução do sexismo e do racismo? Quais desafios as mulheres negras precisam superar durante a sua trajetória acadêmica?

### **CAMINHOS METODOLÓGICOS RUMO A RESISTÊNCIA**

As mulheres negras são vítimas do preconceito tanto sexista quanto racista. Tendo em vista esse fato, buscamos refletir sobre a situação dessa importante parcela da população no tocante a trajetória da Educação Superior, com ênfase na graduação- etapa que ainda se encontra estatisticamente elitizada e pouco acessível aos grupos de maior vulnerabilidade social.

O objetivo, desta forma, é analisar as possíveis desigualdades raciais e de gênero enfrentadas por mulheres negras em sua trajetória na graduação, através de pesquisa bibliográfica e documental. Buscando assim, investigar essas questões com o auxílio de documentos oficiais, artigos, dissertações e livros.

Evidentemente, o próprio conhecimento científico tem uma história e, por isso, algumas teorias científicas do passado são contestadas pela ciência contemporânea. Consideramos, aqui, que a ação humana é estruturada por motivos e normas. Os motivos que levam a agir, discriminando um ou outro podem estar relacionados a interesses pessoais ou coletivos. As normas, por sua vez, são impostas pela cultura, pelas instituições formais que repassam valores morais, historicamente e implementam leis.

É necessário lembrar que ao falarmos sobre preconceitos estamos nos referindo a um julgamento de valores imposto pelo meio e que o racismo, especificamente, é uma doutrina que já chegou a ter estatuto de teoria científica, sustentando sistemas religiosos, políticos ou mesmo filosóficos, mas é relevante frisar que se opõe à ideia de ciência por não se basear na comprovação científica, mas na repetição de algo aprendido. Por isso, é tão necessário fazer levantamentos bibliográficos e documentais.



Para compor o embasamento teórico estudamos, inicialmente livros de autoras renomadas do movimento feminista negro, como Ângela Davis (2016), Bell Hooks (2018), Djamila Ribeiro (2018) e Giovanna Xavier (2019), como forma de nos nortear em relação às problemáticas consequentes do racismo e do sexismo na sociedade.

O marco histórico foi realizado como forma de evidenciarmos ser importante perceber que o racismo e o sexismo tem histórias, que devem ser contadas por quem sente o peso desses preconceitos todos os dias.

Desta forma, salientamos a relevância de vozes femininas negras e buscamos, através das informações coletadas nas análises interpretativas referente às questões étnico-raciais e gênero no âmbito universitário, para então ter subsídios suficientes para problematizar de que maneira essas relações intervêm na formação acadêmica das estudantes negras e de que forma a educação perpetua essas discriminações.

Para a coleta de dados e aprofundamento teórico no tema do presente trabalho, analisamos duas dissertações voltadas ao estudo de caso, relatos pessoais da autora Xavier e um documento oficial do MEC para a formação de professores, intitulado “Gênero e Diversidade na Escola”, apresentados e discutidos a seguir.

## **FUNDAMENTANDO A LUTA CONTRA O PRECONCEITO**

Com o objetivo de trazer uma reflexão teórica sobre os percalços enfrentados pela mulher negra em sua trajetória acadêmica, desempenhamos este trabalho por meio de uma revisão de literatura não sistemática de abordagem qualitativa. Deste modo, foram selecionadas algumas produções de livros, artigos e documentos de formação continuada do MEC, para nos respaldamos cientificamente. Estes artigos foram escolhidos através de sistema de revisão bibliográfica advindos nomeadamente dos nossos estudos sobre o movimento feminista negro.

Ao entendermos que a mulher negra é vítima, diariamente, do machismo e racismo, concluímos que por meio dos estudos das produções do movimento negro, poderíamos tecer uma discussão que adotasse como perspectiva o olhar do feminino preto, e que levantasse com mérito as reivindicações e soluções para as demandas da vida deste indivíduos.

Assim, para entendermos as nuances que tangem esta temática, selecionamos como nossas principais teóricas Bell Hooks e Angela Davis, uma vez que são as precursoras do movimento feminista negro. Posteriormente, Djamila Ribeiro e Giovanna Xavier assumem posição de relevância nas produções científicas contemporâneas nas questões étnico-raciais.



Ainda temos contribuições dos artigos de Euclides (2018) e Ednailda Maria dos Santos (2010) que ajudam-nos no aprofundamento do tema.

Por fim, ao entendermos que as instituições educacionais são agentes que ainda contribuem para a manutenção das estruturas racistas e machistas da sociedade, e por vermos que a formação de professores encontra-se como uma importante ferramenta para a mudança deste cenário, nos debruçamos no estudo do documento do Curso GDE (2009).

### **TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA: Uma busca por coexistência**

Desde a escravização de povos africanos, as Mulheres Negras mostraram sua força através da resistência e luta pela liberdade, embora a historiografia esteja deficitária com relação à História da Mulher Negra.

Quando falamos da emancipação da mulher negra na perspectiva dinâmica do capitalismo de exclusão é visível que ao longo da história se registrou e se registra até os dias atuais uma “escravidão moderna”, no que diz Ângela Davis em sua obra. Deixa a amostra o papel da mulher negra no mercado de trabalho e na educação e o quanto ela busca o que conhecemos como “libertação”, conscientizar a mulher negra na luta contra a exploração e outros tipos de submissão nos leva a imaginar inúmeras realidades no qual essa mulher está inserida diante de toda segregação social.

Pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais e romper com uma visão única não é imposição, é na verdade uma busca por coexistência. Ao quebrar a máscara dos silenciamentos, estamos atrás de novas formas de sociabilidade que não sejam pautadas pela operação de um grupo sobre outro. Ao pensar o debate de raça, classe e gênero de modo indissociável, as feministas negras estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque segundo a autora Ribeiro (2018, p.21) a mesma estrutura seria reforçada. Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima uma em detrimento de outras.

O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são humilhadas e tentar ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulher negra especificamente não eram e continuam não sendo tratadas como humanas. Uma vez que esse conceito de humanidade só contempla homens brancos.



Criticando a ciência moderna como padrão exclusivo para produção de conhecimento, Lélia González (*apud* RIBEIRO, 2018, p.24) - uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU)- via hierarquização de saberes como produto de classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado como universal é branco. Ela denunciava o racismo epistemológico e a invisibilidade das produções acadêmicas de mulheres negras.

No estudo realizado por Silva (2018), observamos que os espaços públicos e instituições não se salvam das diferenças e desigualdades entre os seres humanos. A hierarquia nesses espaços passa a ser vista de forma natural. Parte daí a ideia de que a mulher negra serve apenas para serviços subalternizados, negando o direito de estarem presentes em outras camadas e ocupações da sociedade. Começa uma outra discussão sobre a presença da mulher negra em espaços científicos e nos espaços acadêmicos, pois existe uma sobreposição destas em relação aos homens.

As mulheres negras no espaço acadêmico rompem com a epistemologia sobre a presença negra, gênero e ciência passando assim a assumirem o papel de transformadoras, investigando e produzindo novos saberes como a importância de conhecimentos antirracistas, antissexistas e anti-homofóbico. Nessa luta, as mulheres tomam frente nos espaços acadêmicos, dominados por pessoas brancas, e se transformam em resistência, trazendo consigo suas “irmãs”, para enfrentar os dilemas do espaço acadêmico na busca de direitos e oportunidades, tomando consciência de suas obrigações, responsabilidades dentro de suas realidades e transformando esse espaço de resistência em múltiplas oportunidades nesse universo diverso. Segundo Queiroz (2001), o campo científico ainda é marcado pelo sexismo e a falsa ideia de que fazer ciência é somente privilégio do sexo masculino.

Trata-se de mulheres que desde cedo tomaram consciência de sua condição pelas experiências de racismo vivenciadas, nos mais distintos espaços, e por toda herança ancestral negada, seja pelo preconceito, discriminação, machismo e sexismo. Produzem, então, um inconformismo que leva a ações concretas que subvertem a lógica das opressões vividas pela maioria dos seus ancestrais. Assim o percebe-se negro(a) é perceber-se em luta diária não só em defesa de si, mas também de toda a coletividade. (SILVA,2018, p.59).

Essa citação de Silva nos conduz a uma reflexão de como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando dessa forma outras formas de opressão, é dessa forma, fundamental para se considerar outras possibilidades de existência.

## **MULHERES NEGRAS CONTANDO SUA PRÓPRIA HISTÓRIA**



É nodal reconhecer a situação em que se encontra essa parte da população brasileira. Dessa forma, é importante que escutemos a voz de quem sabe o que diz, pelo simples fato de vivenciar essa luta diária, que vai além da defesa de si.

Em relato sobre a época em que estudava na escola, a Professora Giovana Xavier conta no seu livro "Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história", as dificuldades e os problemas vividos na sua adolescência, ocasionados pela cor de sua pele e pela pressão estética vivida pelas meninas que, de certa forma, impossibilitaram sua aceitação identitária, recorrendo a diversas alterações em seu cabelo por não aceitar as diferenças presentes nele em comparação as outras meninas que não eram negras. A autora fala dos tempos em que alisava os cabelos com pastas e reforçava as escovas semanais nos cabelos, tudo isso para ter um pouco mais de atenção dos meninos e aceitação entre as meninas.

Essa cena ainda é bastante comum entre as crianças que sofrem para tentar se encaixarem em um padrão de beleza que é intensamente propagado, não só pela mídia, mas principalmente, pela sociedade que, entre outras visões estruturadas, ainda possui uma fraqueza na Educação Étnico-racial e de Gênero. Essa Educação é importante para que possa reafirmar, entre os alunos e a sociedade, uma visão de aceitação das diferenças presentes em cada ser humano e para reafirmação da importância do respeito pelo outro. A Educação étnico-racial e de gênero é uma poderosa ferramenta para que seja ensinado, para os alunos e alunas, a aceitação de suas origens e o respeito às diversidades, trazendo uma riqueza de informações e conhecimentos sobre as inúmeras belezas que podemos encontrar na cultura Negra e a superação do sexismo e machismo que ainda se encontram presentes na sociedade brasileira.

Com sua própria experiência, a autora Xavier (2019) traz uma compreensão das diversas lutas que as mulheres negras travam desde quando são mais novas e até o resto de suas vidas, seja consciente ou inconscientemente. Ela nos revela que desde pequena teve de recriar meios para se cuidar e se proteger, pois como uma menina negra na escola, tinha que enfrentar a dor da rejeição, as feridas da humilhação feitas através de piadas, agressões físicas e vários momentos de preterimentos de meninas brancas em detrimento a meninas negras; com isso teve que se reinventar e aprender, mesmo com a dor, a ser forte.

Os desafios na educação de uma mulher negra não param no ensino escolar, pelo contrário, se intensificam na graduação. Destacando lutas, desde o seu acesso. É relevante ressaltar que, através da busca por diretos, houve um crescimento na entrada de jovens negros nas universidades públicas, decorrente da expansão e da democratização das Universidades



que aconteceram nos anos 2000. Mas mesmo assim, há uma longa batalha para vencer e enfim conquistar a tão aclamada equidade.

É bem comum o termo "primeiras da família", utilizado pelas alunas negras que conseguem adentrar no ensino superior, constatando que mesmo com a expansão conquistada pelas mulheres, essas jovens ainda vivenciam diversos outros desafios que dificultam tanto a permanência, como o sucesso e formação dessas mulheres. A universidade acaba se tornando uma instituição que permite a acessibilidade, mas nem sempre oferece os meios necessários para assegurar que essas alunas consigam permanecer na sala de aula.

Xavier (2019) aponta que muitas dessas mulheres por serem pioneiras entre os seus familiares, ao ingressarem na universidade, ainda possuem uma baixa potência de autoafirmação e isso dificulta a imposição dos seus trabalhos e produções; fortalecendo ainda mais uma produção acadêmica que já é mais voltada para o mercado de trabalho consumidor, heteronormativo e sexista. Essa baixa autoestima deriva de diversos fatores, como a baixa condição econômica, as humilhações sofridas pela cor da pele e o simples fato de serem mulheres, sendo rebaixadas por um sistema sexista que as classifica como um "sexo frágil". A falta de acessibilidade aos recursos educacionais também é um fator presente na vida dessas alunas.

A trajetória escolar dessas mulheres tem sido muitas vezes marcada por dificuldades que perpetuam desde o colegial até a grande jornada acadêmica. Segundo Xavier (2019) essas dificuldades estão presentes em relatos como: "não sei falar inglês"; "tenho dificuldade de escrever"; "Nunca viajei para fora"; "Na minha família sou a primeira a fazer faculdade". Aliados a todos esses problemas ainda podem se deparar com falta de incentivo dos próprios professores. Esses fatores alimentam a inquietação e causam o desconforto que, muitas vezes, impossibilitam a formação dessas alunas e ocasiona na ausência de valorização do seu trabalho intelectual e científico. Xavier(2019) nos relewa que esses impedimentos recorrentes da vida da mulher negra é consequencia direta da memória da escravidão, já que independente do tempo ou do espaço, o corpo negro é sempre enxergado por uma ótica erotizada, sexualizada e objetificada. Assim, podemos perceber trabalhos importantes não serem reconhecidos e valorizados por um sistema que exclui muitos intelectuais ainda em suas formações iniciais.

## **REPRESENTATIVIDADE IMPORTA**





Consideramos ser importante para as mulheres negras, recém-chegadas nas universidades, terem alguém em que possam se inspirar e dar suporte para acreditar que podem, mesmo além das dificuldades, alcançar lugares mais altos nas áreas acadêmicas e intelectuais.

Entre essas representatividades encontramos pouquíssimas obras de mulheres negras que, devido às hierarquias presentes no ensino e na escrita acadêmica, podemos notar a pouca relevância que os sistemas universitários dão para as obras de uma professora negra no debate acadêmico. Se fazendo necessária a abertura para novos parágrafos sendo escritos na história do Brasil, como reflete Xavier (2019).

De acordo com dados do censo Nacional de professores da educação superior, menos de 0,4% das doutoras em programas de pós-graduação no Brasil são mulheres negras. Pelos dados do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) menos de 0,1% das bolsas de incentivo à pesquisa para o magistério superior atendem às mulheres negras.

Xavier (2019) aponta que esse cenário de preterimento da ciência é um grave problema ligado à história de desigualdades e exclusões em que se fundamenta o Brasil. Ainda segundo (Xavier 2019), este problema está presente em todas as universidades e impactam diretamente a vida de milhões de estudantes, que ao invés de alimentar estudos que valorizem os princípios de diversidades, essas jovens e esses jovens são incentivados e treinados para o mercado de trabalho através de uma ciência branca, masculina, heteronormativa, pretensamente universal.

Para destacar ainda o sistema excludente que as instituições acadêmicas reproduzem, notam-se em dados do censo da Educação Superior de 2016, que, 10 mil professoras doutoras atuando em programas de pós-graduação são brancas, enquanto só 219 são mulheres negras (0,4% pretas). Entre 2005 e 2016, cresceu de 5,5% para 12,8% o número de estudantes negros nas universidades públicas do país, esses números evidenciam a necessidade de novas agendas de pesquisas que valorizam as trajetórias individuais e coletivas, subjetividades, narrativas na primeira pessoa. Assim como defendido por Xavier (2019), quando buscamos resolver as problemáticas que circundam a vida da mulher negra, estamos resolvendo o problema do Brasil. E para solucioná-lo é preciso de uma produção científica em massa que passa por novas epistemologias que localizam-se nos próprios sujeitos produtores do conhecimento, nomeadamente, a própria mulher preta.

Queremos demonstrar com todos estes dados o quanto e como uma persistente hierarquia de gênero organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares,



postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo e que, esse fato se intensifica quando faz um recorte de cor/raça, em todos os contextos mencionados – vida política, acesso à escola e ao mercado de trabalho, com a respectiva permanência neles, propriedade, chefia civil do lar, etc.

Segundo o livro de conteúdo *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) não podemos considerar, de forma ingênua, que a participação de homens e mulheres, negro e brancos na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para gostar mais ou menos de política, de economia, de leis, quer sejamos homens ou mulheres, negros ou brancos. A via de acesso à cidadania passa por lutas e conquistas normativas e jurídicas.

Portanto, a necessidade de desconstruir-se para se construir é tão latente. Não é possível educar para a igualdade étnico-racial e de gênero sem romper com os estigmas, como vimos durante a desenvoltura das reflexões pautadas nas pesquisas aqui explicitadas. Dessa forma, foi/ é de total relevância sempre salientar discussões a respeito dessas discriminações, durante o processo de formação docente, além de reforçar a importância desses futuros professores de intervir no dia-a-dia em situações que alimentam esses preconceitos, estudar sobre a luta desses movimentos sociais e refletir sobre suas reivindicações, e por fim, que dentro dessas instituições, também se estimule grupos de estudo sobre essas causas, e incrementamente com maior vigor a presença de grandes teóricas/autoras negras na estrutura curricular. Desta forma, a Educação com esta perspectiva intercultural poderá oferecer alguns instrumentos primordiais para também contribuir para a desnaturalização dessas desigualdades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As acadêmicas negras estão propícias, diariamente, a enfrentar tentativas incessantes de silenciamento e invisibilidade durante sua trajetória de vida -nomeadamente, a educacional-, tanto pela sua condição de mulher, como de negra. Percebe-se com os dados apresentados que quando presentes nas universidades não são aceitas e, sim, toleradas. Fato este que observamos quando olhamos desde a composição da estrutura curricular, até o número, muito baixo, de professoras negras que conseguem ascender para cargos hierárquicos mais altos, ou mesmo, para o número de estudantes negras que conseguem ter sucesso na sua formação inicial do ensino superior.



Ainda assim, por meio da produção teórica, do diálogo com os movimentos sociais, na condição de intelectuais que lutam pelo movimento de mulheres negras, elaboram pedagogias revolucionárias de resistência com o intuito de promover novas narrativas e propor novas epistemologias, como forma de coexistência; além de pressionar as esferas públicas quanto à necessidade de reconhecer o racismo e o sexismo e suas consequências para esse segmento.

Mulheres negras como discentes no ensino superior, quando acessam a esse espaço de construção de conhecimento, trazem consigo demandas, exigências, muitas vezes, negligenciadas pelo seu grupo ou pela universidade de maneira geral. Pensar na presença destas mulheres na academia é pensar novos sujeitos, novas pesquisas, novos desafios para que então possa refletir sobre a igualdade e a diversidade nos espaços acadêmicos. Isto é, enfatizam a tamanha contribuição que um olhar intercultural traz para que se desconstrua essa estrutura impregnada de discriminações e que alimentam as desigualdades sociais, que anulam cada vez mais, a humanidade dessas cidadãs.

É por meio de uma formação inclusiva de professores que poderemos gerar, também, o início de uma transformação dentro do sistema educacional que, posteriormente, terá impactos sociais. Isto é, tornar essas discussões sobre as desigualdades raciais e de gênero elementos onipresentes dentro das disciplinas dos cursos de licenciatura. Promover aulas que estudem a história do movimento negro, e nomeadamente, feminista negro, afim de refletir e pensar ações cotidianas que continuem a abrir espaço para ouvir as reivindicações dessas mulheres; que reforcem a adoção de uma estrutura curricular que exalte os trabalhos de pesquisadoras, principalmente, negras. Só assim, poderemos de fato validá-las como potências para o desenvolvimento não só acadêmico, mas também social.

Para acabar com o racismo e o sexismo vivido em cada espaço da universidade, é preciso que a gestão dos cursos, e da instituição como um todo, dê voz a essas estudantes negras e, a partir das demandas relatadas por elas e pelos dados estatísticos, providenciar ações que possam atendê-las e ajudá-las na sua continuação e sucesso no seu processo de graduação. Somente desta forma, poderemos de fato garantir a essas mulheres a oportunidade e o direito do acesso à educação superior e de sua ascensão de maneira global.

Por fim, concluímos que a educação só pode se tornar uma ferramenta eficaz de transformação, quando esta é utilizada para desconstruir valores e ideologias que alimentam as discriminações, exclusões e desigualdades, para o benefício de uma minoria. Assim, sendo, sob o ponto de vista de um sistema educacional inclusivo, intercultural, focado na diversidade, e entendendo que o docente é também um agente/regente do currículo, nos posicionamos a favor de uma formação superior pautada no estudo dos movimentos sociais,



aqui, ressaltando o movimento feminista negro. Pois é a partir do estudo e da discussão dessa luta social que se poderá construir uma prática pedagógica desconstrutivista, ou seja, que se pauta na quebra de estigmas excludentes como o sexismo e racismo, contribuindo, posteriormente, culturalmente, para que sejam garantidos e respeitados o direito das mulheres negras em qualquer espaço social, e, principalmente, o educacional.

## REFERÊNCIAS

CARRARA, S. et al. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA (GDE): **formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Ednailda Maria dos. **Identidades e trajetórias de docentes negra(o)s da Ufam**. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010

SILVA, J. ; EUCLIDES, M. S. . Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, v. 34, p. 51-66, 2018.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019.